

## GT 1. Lutas camponesas e indígenas na América Latina

# O governo Evo Morales–Garcia Linera: socialismo, neoliberalismo ou capitalismo de Estado?

Tiago Renato Tobias Vieira<sup>1</sup>

**Resumo:** Este artigo se propõe a discutir se houve mudanças na orientação econômica boliviana durante o governo do Movimento ao Socialismo (MAS), de Evo Morales e Álvaro Garcia Linera, nos períodos de 2006-2012. Através de um estudo comparativo com os tempos da *democracia pactada*, buscaremos tentar desvendar se Evo e Linera direcionam a Bolívia ao socialismo ou se o governo de ambos faz parte de um processo de reestruturação capitalista de caráter neoliberal ou com maior intervenção estatal. Também será analisada a composição dos blocos no poder entre 1985 e 2005 e se ocorreram alterações na composição do bloco no poder durante o governo do MAS, principalmente no parlamento. Recorremos ao conceito de *bloco no poder* de Nicos Poulantzas para compreender o período em questão. Dado que este artigo faz parte de minha dissertação de mestrado, os resultados apresentados aqui são ainda parciais.

**Palavras-chave:** Bolívia; bloco no poder; democracia pactada; neoliberalismo; capitalismo andino-amazônico; Evo Morales; Álvaro Garcia Linera.

### Os blocos no poder antes de 2005: democracia pactada e neoliberalismo

Muitas expectativas foram criadas em torno dos governos progressistas da América do Sul. Desde a vitória de Hugo Chávez na Venezuela nas eleições de 1998, o subcontinente flexiona-se à esquerda. Em maior ou menor grau, governos “radicais” ou

---

<sup>1</sup> Licenciado em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Londrina, mestrando em Ciências Sociais (sub-área de Ciência Política) pela mesma instituição. Membro do GEPAL desde 2008 e professor de História na rede pública do Estado de São Paulo.

“moderados” passaram a administrar os países da região e com a Bolívia não foi diferente. A eleição de um indígena, ligado organicamente com o movimento *cocalero* pareceu dar relativa esperança às classes despossuídas do país, pois sua vitória em 2005 parecia ser um dos últimos elos que precisavam ser fechados no “cinturão” vermelho latino-americano.

Posteriormente, o elo foi definitivamente fechado com a eleição de Rafael Correa no Equador (2006), mas foi golpeado com a ofensiva da direita em outros países, como o Chile (com a eleição de Sebastian Piñera) e o Paraguai quando Fernando Lugo, em 2012, foi vítima de um golpe chamado pela mídia burguesa regional de “afastamento”, sendo substituído pelo seu vice, Federico Franco. Conta também, com peso significativo, a perda recente de Hugo Chávez, vítima de câncer. Porém na Venezuela, com a recente vitória de Nicolas Maduro, a direita não conseguiu voltar ao poder.

Mesmo com avanços e refluxos da esquerda no continente, ainda predominam em sua maioria na região governos ditos “progressistas”, que mantêm, ao menos no discurso, ataques ao imperialismo e ao capitalismo. Feito este balanço introdutório de caráter mais geral, centremos este artigo no que ele se propõe a discutir: estaria o governo de Evo Morales e de seu vice, Álvaro Garcia Linera, golpeando o modo de produção capitalista ou servindo de elemento oxigenador do mesmo, através do desenvolvimento do *chamado capitalismo andino-amazônico* ?

É, primordialmente, este nó górdio que tentaremos desfazer. Se não ao todo, ao menos em parte, para clarear um pouco o que se passa na Bolívia desde 2006, quando Evo toma posse como presidente do país. Para isso, faremos, em um primeiro momento, uma digressão histórica com o objetivo de demonstrar, através da comparação, as políticas econômicas do passado recente e demonstrar, mesmo que de forma parcial, se ocorreram mudanças na política econômica do governo atual e se estar rompem com o capitalismo ou não.

**As eleições de 2005. A eleição de Evo como resposta à crise do *bloco no poder neoliberal*.**

Sabe-se que desde 1985, a Bolívia passa por dois processos simultâneos. Uma rearticulação na *infra-estrutura* econômica e na *superestrutura* política. O último processo pode ser pensado como reflexo do econômico, mas levando em conta a *autonomia relativa* do Estado capitalista, que tem um funcionamento específico, o que afasta *a priori* qualquer relação causa-efeito de caráter mecânico. Tais processos podem ser observados no rearranjo da economia ocorrido a partir da eleição de Victor Paz Estenssoro, em 1985. O modelo econômico-produtivo seguido pelo Estado boliviano desde a Revolução Nacionalista de 1952 pode ser caracterizado como nacional-desenvolvimentista. De acordo com os estudos de Gil (2008, p. 158)

Em suma, a Revolução Nacional de 1952 mostra uma nova fase de transição capitalista periférica determinada pelo desenvolvimento de um tipo de capitalismo de Estado: a passagem de uma economia mineiro-exportadora monopolista privada para uma economia mineiro-exportadora monopolista de Estado. Nesta fase, a estrutura jurídico-política (o Estado) sofre modificações mais rápidas em relação às transformações socioeconômicas capitalistas: o aparelho estatal se moderniza e o Estado adota um papel crucial como agente principal do desenvolvimento capitalista

O Estado capitalista boliviano aparece como eixo central das políticas econômicas desde 1952, mas passa por um estágio de suposto esgotamento na década de 1980, quando a crise da inflação atinge níveis alarmantes, durante o governo de Siles Zuazo (da União Democrática Popular). A necessidade de um rearranjo econômico aparece como algo urgente e esse rearranjo foi feito não com vistas à rearticulação do Estado nacional desenvolvimentista, mas sim, de acordo com as orientações econômicas neoliberais, que já direcionavam suas miras para o mercado e as empresas públicas bolivianas. Com a eleição de Estenssoro, um paradoxo aparece. Segundo Klein (2007, p. 176)

Durante a campanha, Estenssoro dera poucos detalhes concretos sobre seus planos para enfrentar a inflação. Mas chegara a ocupar o cargo de presidente do país por três vezes, a última delas em 1964, quando fora deposto por um golpe. Era dele a face boliviana da transformação desenvolvimentista, da nacionalização das maiores minas de estanho, da distribuição inicial da terra para os camponeses indígenas, da defesa do direito de voto para todos os bolivianos (...) Ele não era socialista, mas também não era um neoliberal da escola de Chicago – era nisso que acreditavam os bolivianos

Se os bolivianos acreditavam que Estenssoro não era neoliberal, a história o desmascarou. Mesmo que tivesse sido eleito pelo MNR<sup>2</sup> (Movimento Nacionalista Revolucionário), partido que conspirou para que a revolução de 1952 acontecesse. Durante seu governo, ocorreram não as privatizações<sup>3</sup>, mas a abertura da economia boliviana com o objetivo de reestruturar o caráter do Estado. Para que a adoção das políticas neoliberais obtivesse êxito, os partidos reformistas ligados à centro-esquerda e os abertamente de direita precisaram estabelecer acordos partidários no Congresso e no Senado como mecanismo de legitimação das políticas elaboradas pelo Executivo. Nasce então a *democracia pactada*, cuja composição partidária resume-se aos seguintes partidos: Movimento Nacionalista Revolucionário, Ação Democrática Nacionalista (ADN, do ex-ditador e agora “democrata” Hugo Banzer) e o Movimento da Esquerda Revolucionária (MIR).

Esses partidos se alternam, no decorrer dos anos, no exercício do poder político do Estado boliviano, constituindo na Câmara e no Senado, *blocos no poder* que a despeito de sua variância ideológica, sutil no mais das vezes, estavam acordados em unísono em dar o consenso legal que permitiu que a política econômica neoliberal reinasse quase que intocável entre 1985 e 2005. O objetivo primordial da ofensiva neoliberal na Bolívia em um primeiro momento era colocar a economia e os recursos naturais do país nas mãos do capital privado transnacional. O bloco no poder neoliberal, representante direto do capital internacional tenta, por todas as vias, a partir da década de 1990, privatizar os recursos naturais (água, gás e petróleo), as empresas estratégicas do Estado e cancelar os direitos dos trabalhadores, eliminando todo e qualquer vestígio do Estado interventor.

Isso se deu nas presidências de Estenssoro (1985-1989), Jaime Paz Zamora do Movimento da Esquerda Revolucionária (MIR, 1989-1993), Gonzalo Sánchez de Lozada (MNR - 1993-1997), Hugo Banzer – Jorge Quiroga (ADN, 1997-2002) e

---

<sup>2</sup> A ideologia do nacionalismo emenerista, embora fosse obstáculo ao desenvolvimento e à consolidação de partidos operários e socialistas de massa, ligava-se a revolução de 1952 e dificultava a imposição de um plano de ajuste econômico liberal. Era necessário ao velho núcleo conservador do MNR, agora alinhado ao neoliberalismo de Margaret Thatcher e Ronald Reagan, o desmonte dos setores políticos e econômicos que concentravam a principal herança revolucionária de 1952: a classe operária organizada em torno da mineração nacionalizada e as organizações agrupadas em torno da COB. (Andrade, 2007, pp.170-171)

<sup>3</sup> Que aconteceram em maior número a partir da década de 1990.

novamente, Gonzalo Sánchez de Lozada (2003-2005), que foi sucedido por Carlos Mesa depois de sua expulsão do país em 2003, decorrente da fúria popular durante a “Guerra do Gás”, ocorrida em 2003.

Nota-se então, que os três partidos (MNR – ADN – MIR) aparecem como hegemônicos desde 1985 na Bolívia, alternando-se entre si no exercício do poder político. Quando um não estava no poder, os outros não faziam oposição, já que a *democracia pactada* permitia, em nome da “governabilidade” (eufemismo que mascara a coalizão e o domínio da burguesia no parlamento) o estabelecimento de consensos em torno das políticas do executivo. Administrando o poder político do Estado boliviano, esses partidos foram os que administraram o capitalismo neoliberal durante vinte anos ininterruptos, graças às coalizões parlamentares que formavam um *bloco no poder* representante em sua totalidade, dos interesses neoliberais e privatistas que assolaram a Bolívia nas décadas de 1980, 1990 e nos primeiros anos da década de 2000.

Como afirma Aillón (2006, p. 11. Tradução nossa.)

Esta é a estrutura íntima que explica o que na Bolívia veio denominar-se de “modelo neoliberal”, o “sistema político” e a “democracia pactada”. O “jogo democrático” consistiu na rotação de distintos governantes que não só respeitavam, mas que reforçavam, legitimavam e expandiam uma estrutura básica de poder: a coalizão de burocratas e empresários fortemente vinculados ao negócio das empresas transnacionais. Há sido, por definição, uma oligarquia capitalista que tem detido o poder do Estado e que teve no “sistema de partidos políticos” seu modo principal de reprodução política.

Formaram assim, o que Álvaro Garcia Linera corretamente designou de *unipolaridade multipartidária de grupos de direita*. Ainda segundo Linera (2006, p. 195), essa *unipolaridade* anulou a resistência das esquerdas tanto partidárias quanto sindicais e deu a impressão de que a divisão entre esquerda e direita deixaram de existir. Administraram, sem exceção, o neoliberalismo e a repressão aos setores combativos da classe operária (como a COB), desarticulada com as reformas de mercado que culminaram em desemprego massivo e na pulverização da classe operária como um todo, o que levou a ascensão de grupos sociais que tomaram a dianteira da luta de classes, como os *cocaleros* e os movimentos indígenas. É neste contexto que se enquadra a ascensão de Evo Morales e Garcia Linera à presidência e à vice-presidência da Bolívia.

## As eleições de dezembro de 2005.

O período denominado de *democracia pactada* encontra seu limite no governo de Gonzalo Sánchez de Lozada, quando o mesmo foge do país, dando lugar à Carlos Mesa, que renuncia e passa a presidência ao chefe do judiciário, Eduardo Rodriguez em 2005. Esse processo de renuncia e troca de presidentes em espaço tão curto de tempo pode ser considerado como o derradeiro refluxo da direita neoliberal a partir deste momento, reflexos da crise do *bloco no poder* neoliberal que, por mais que mudassem as composições e acordos partidários desde 1985, mantinha a hegemonia do exercício do poder político, agindo como representante das demandas do capital privatista transnacional.

Essa crise do *bloco no poder* fica visível com a ascensão de novas forças políticas, como o MAS<sup>4</sup> (Movimento ao Socialismo) e o Movimento Indígena Pachakuti<sup>5</sup> (MIP), liderado por Felipe Quispe, que tem uma trajetória ascendente nas eleições presidenciais de 2002, mas que tornam-se fatores de desequilíbrio dos partidos que em menor ou maior grau, apoiavam em sua totalidade as reformas de livre-mercado e o desmonte do Estado boliviano. Mas são as eleições de dezembro do ano de 2005 que podem ser consideradas o ponto de ruptura da *democracia pactada*, quando ocorre um desmanche do antigo bloco no poder e sua substituição por outro. Desta forma, observemos como ficaram os resultados das eleições presidenciais de 2005:

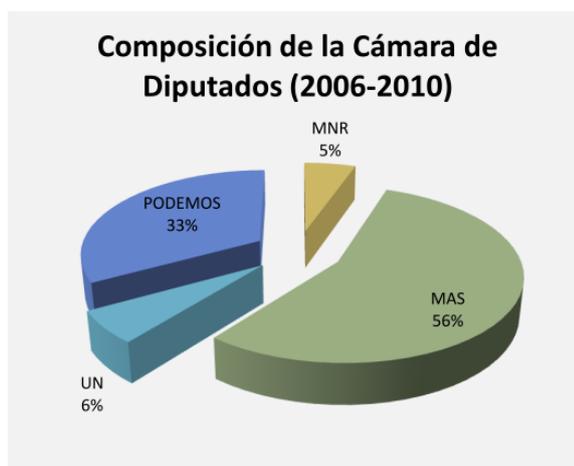
---

<sup>4</sup> O Movimento ao Socialismo (MAS) é uma organização político-eleitoral liderada pelo indígena Evo Morales. Fundada inicialmente com o nome de Instrumento Político para a Soberania dos Povos (IPSP), como resolução do Congresso Nacional sobre Terra e Território de várias confederações e comunidades e sindicatos camponeses, essa organização começou a participar localmente das eleições municipais de 1995, e conseguiu importância significativa nos municípios do Chapare, lugar de presença dos sindicatos de produtores de folha de coca. (Enciclopédia Contemporânea da América Latina e do Caribe, 2006, p. 750)

<sup>5</sup> Fundado em 2000, imediatamente após as grandes revoltas e bloqueios de estrada protagonizados por camponeses em outubro do mesmo ano, o MIP tem sua força eleitoral nas comunidades indígenas aimarás do planalto, onde o discurso indianista tem maior enraizamento. Do mesmo modo que o MAS, sua capacidade eleitoral se apóia na adesão orgânica de sindicatos e comunidades agrárias que votam coletivamente por candidatos eleitos previamente em assembleias. (Enciclopédia Contemporânea da América Latina e do Caribe, 2006, p. 797)



O mais emblemático dessas eleições é a derrocada do MNR e a ascensão de partidos que antes eram secundários, mas passaram a aglutinar as preferências do eleitorado claramente insatisfeito com os partidos neoliberais. Um exemplo é o PODEMOS (Poder Democrático e Social) e a UN (Unidade Nacional). A composição da câmara dos deputados também se altera, o que prova que em termos partidários, houve uma modificação substancial na composição do *bloco no poder*, em que o MAS consegue mais da metade da bancada:



Ocorre, a partir de 2006 com o início do governo Evo Morales – Garcia Linera um novo período histórico para a Bolívia, marcado pela ascensão ao poder político de um partido de origem popular, distinto em suas composições, dos antigos partidos neoliberais<sup>6</sup>. Segundo Mayorga (2009, p, 182. Tradução nossa)

<sup>6</sup> O governo de Evo Morales triunfa baseado em duas forças hegemônicas tidas como revolucionárias: o nacional-popular e o indigenismo (ou indo-americanismo), que se mesclam em um país de maioria indígena. O nacionalismo boliviano é resgatado a partir das premissas da “agenda de outubro”<sup>3</sup> numa tentativa de transformação social pela via democrática que, dentre outras demandas buscava a reversão das privatizações através da nacionalização do gás e demais recursos naturais, convocação da Assembleia Constituinte, reforma agrária e “cidadanização” das massas indígenas. Em um contexto latino-americano, a questão do nacionalismo tem sido resgatado como

Este resultado teve como antecedente as eleições gerais de 2002, quando surgiram novos partidos como o MAS, Nova Força Republicana (NFR) e o Movimento Indígena Pachakuti (MIP), que capturaram em torno da metade da votação. A presença desses partidos com discursos contestatórios ao neoliberalismo e à "democracia pactada" debilitaram a tendência centrípeta anteriormente predominante no sistema de partidos e, desde então, a polarização em seu seio alentou a crise política que entre 2003 e 2005, culminou na renúncia de dois presidentes e a antecipação de eleições gerais.

Para Laure (2012), a nível interno, a crise aberta pelos ataques do modelo neoliberal e a degeneração da superestrutura política representada no que se denominou como a democracia pactada, ligou-se com a dinâmica das massas e com o período revolucionário iniciado nos anos 2000 com a Guerra da Água, tendo outros momentos importantes com as Guerra do Gás de 2003, que culminaram com a queda de Carlos Mesa e a convocação de eleições antecipadas que deram as possibilidades de ascenso ao poder por Evo.

Mas, por trás da nova composição do bloco no poder a partir de 2006, majoritariamente dominado pelo MAS, que mudanças ocorreram de fato, na representação de classe desse bloco? A que interesses o governo do MAS serve? Apesar da proposta do governo de nacionalizar os hidrocarbonetos (petróleo e gás natural), havia no horizonte a proposta de nacionalizar as empresas estratégicas pertencentes ao Estado, que passaram para as mãos das transnacionais, como por exemplo a Empresa Nacional de Eletricidade (ENDE), a Empresa Nacional de Telecomunicações (ENTEL), a Empresa Nacional de Ferrovias (ENFE), a Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos (YPFB) e demais empresas entregues durante a ofensiva neoliberal iniciada em 1985.

No entanto, parece que a política econômica do governo boliviano iniciada em 2006 não parece levar a nacionalização completa de tais empresas. Dado que a Bolívia, país atrasado e periférico, dependente dos centros do capitalismo mundial e encontra-se no elo mais débil da cadeia capitalista mundial, sua dependência econômica é a justificativa para que se pense, como elemento de contraponto ao desmonte do Estado e a venda das empresas estratégicas, uma retomada de um novo ciclo desenvolvimentista do capitalismo, que nem de longe, aponta para a socialização completa dos meios de

---

resposta ao processo de mundialização da economia ou até mesmo como uma integração entre os governos que emergiram na última década no subcontinente. (Aguilar, 2012, p. 4)

produção e de sua entrega aos trabalhadores organizados, o que poderia caracterizar, mesmo com suas falhas, um apontamento para um horizonte socialista, se não em caráter imediato, ao menos, em um curto espaço de tempo

### **O capitalismo andino-amazônico.**

Evo Morales e Garcia Linera fazem parte de um partido intitulado Movimento ao Socialismo. O nome dado aos objetivos do governo é a construção de um "socialismo comunitário". Deduzimos, pois, que o "socialismo comunitário" esteja sendo usado como mera retórica, já que o que se objetiva no horizonte boliviano é a retomada do Estado como eixo norteador das políticas econômicas e sociais, em um projeto chamado por Garcia Linera de *capitalismo andino-amazônico*, que em linhas gerais pode ser entendido como um novo modelo econômico, que tem por norte a construção de um Estado forte, que direcione a expansão da economia industrial, extraindo os seus excedentes econômicos e transferindo estes excedentes ao "comunitário" para dar ímpeto de crescimento às formas de auto-organização e de desenvolvimento mercantil com as características andino-amazônicas.<sup>7</sup>

O modelo de capitalismo de Estado, de matiz claramente desenvolvimentista herdada da Revolução de 1952 é criticado por Linera. O modelo estatal pós-1952, segundo o vice-presidente em uma entrevista concedida a Pablo Stefanoni, não seria o modelo ideal a ser seguido. Segundo suas palavras:

Estamos pensando em uma modernização pluralista, não de uma única via como nos anos 40 e 50. Há diferentes dinâmicas de modernização: a economia moderna industrial, a da microempresa familiar urbana e uma economia camponesa comunitária. Isso se dará ampliando a classe trabalhadora, com um rol muito forte do Estado no desenvolvimento de novas indústrias, apoiando formas de economia comunitária. Não creio como a esquerda arcaica e vanguardista que o socialismo se impõe por decreto ou por puro voluntarismo, senão pelo movimento real da sociedade. A isso me refiro com o conceito de "capitalismo andino" como uma etapa de transição. Pode ser frustrante para as leituras radicais, mas é teoricamente honesto. (Linera, 2007, p. 1. Tradução nossa.)

A alternativa adotada com o capitalismo andino-amazônico é gradual, lenta e de caráter não imediato. Linera, considerando que o socialismo não se daria de um dia para

o outro, através de decreto, claramente toma uma postura etapista, como se a revolução fosse algo que pode ser protelado para um ano ou um século. Os perigos desse tipo de pensamento é que ele tira das mãos do proletariado e dos movimentos populares anti-sistêmicos característicos da Bolívia a autonomia e a liderança em lutas atuais e futuras. Sabe-se pela experiência histórica dos processos revolucionários que o socialismo não seria construído em um passe de mágica. Os russos, no período pós-1917 precisaram desenvolver as forças produtivas e tirar a Rússia de seu atraso econômico e mudar sua estrutura majoritariamente feudal, em maior parte de seus territórios.

Linera, já esperando o debate e as críticas às teses do *capitalismo-andino*, quando se propõe a rebater as críticas de que não houve mudanças na estrutura da propriedade privada nem modificações no modo de produção capitalista defende a atual política econômica do governo da seguinte forma: (2012, p. 11. Tradução nossa.).

Pois é claro que o fundamental não se modificou. Como esperar que um país pequeno se defenda todos os dias da contra-revolução, organize a unificação de uma sociedade fragmentada e corporativizada, leve adiante a revolução política mais importante da sua história, mude a estrutura de propriedade e distribuição econômica, em 6 anos (...) mude de forma isolada um modo de produção que tardou mais de 500 anos em instaurar-se e que hoje segue se expandindo? Pedir isso, nesse lapso de tempo, não é acaso um despropósito intelectual.

Segundo o Decreto Supremo Nº 29792, portador do Plano Nacional de Desenvolvimento dá mostras a estatização propagandeada pelo MAS não passa de retórica. Segundo o Decreto

A programação do desenvolvimento econômico do país se realizará em exercício e procura da soberania nacional. O Estado formulará, de forma periódica, o plano geral de desenvolvimento econômico e social da República, cuja execução será obrigatória. Este planejamento compreenderá aos *setores estatal, misto e privado da economia nacional*.<sup>8</sup>

Aillón (2006) acertadamente definiu o programa econômico do MAS como um programa que aponta para a industrialização dos recursos naturais, ao desenvolvimento do mercado interno e a uma mudança do “padrão de desenvolvimento”. Essa mudança no “padrão de desenvolvimento” ocorre na proposta de mudar o modelo de

desenvolvimento, centrado na exportação de matérias-primas por outro concentrado em produtos industriais.

O que se evidencia na proposta do *capitalismo andino-amazônico* é o caractere nitidamente de corte desenvolvimentista, com grandes projetos de infra-estrutura e uma articulação entre o estímulo de diversas formas e convivência dos setores estatal, misto e privado. Tendo o desenvolvimentismo aliado ao extrativismo, o governo Evo distanciou-se da chamada política do *Suma Qamaña*, do “viver bem” indígena, que baseia-se na proteção irrestrita à mãe natureza. Esse talvez seja o conflito mais latente do governo Evo, pois essa política desenvolvimentista sofreu dura oposição de boa parte dos movimentos populares anti-sistêmicos bolivianos, que apoiaram o MAS em 2006. Quando por ocasião da construção de uma estrada, financiada com recursos do BNDES brasileiro no *Território Indígena e Parque Nacional Isiboro Sécuré* (TIPNIS), projeto herdado dos tempos da IRSA<sup>9</sup>, foi convocada uma Marcha Pelo Território e Dignidade, em 2011, como forma de reverter a construção da estrada. Marcha que sofreu forte repressão da polícia boliviana.

### **Para concluir.**

A proposta deste artigo foi discutir, através da análise comparativa, se houve mudanças substanciais no *bloco no poder* boliviano com a eleição de Evo, em 2005 e se houve alterações na política econômica de seu governo. Como evidenciei no início, que este artigo trata-se de uma pesquisa ainda preliminar, os resultados parciais apontam para dois fatores: houve mudança na composição política dos *blocos no poder* que governaram a Bolívia desde 1985. Esse antigo bloco dominante que governou a Bolívia, mesmo com suas diferenciações partidárias, conseguiu no legislativo, aprovar todas as medidas privatistas pensadas pelo executivo.

---

<sup>9</sup> A Iniciativa para Integração da Infraestrutura Regional Sul-americana (IIRSA), lançada por Fernando Henrique Cardoso e pelos governos neoliberais do final dos anos 1990, para integrar a região à globalização capitalista, com enormes investimentos em energia, transportes e comunicações, foi retomada pela União de Nações Sul-americanas (UNASUL) sob o nome de Conselho Sul-americano de Infraestrutura e Planejamento (COSIPLAN) em 2011, sob a liderança do BNDES. O BNDES é o banco estratégico para a constituição de oligopólios e da internacionalização das corporações brasileiras (Odebrecht, Andrade Gutiérrez, OAS, entre outras). Em 2010, pagou R\$ 162 bilhões, mais do que a Corporação Andina de Fomento (CAF), o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Banco Mundial, juntos.

O singular deste antigo *bloco no poder* é que, teorizando em termos marxianos, a fração hegemônica neoliberal ligada ao capital transacional aparece representada por todos os partidos, seja o MNR, a ADN ou o MIR. O *bloco no poder* dos tempos da *democracia pactada* (1985-2005), em uníssono, representam os interesses desse capital transnacional, que viu na abertura econômica de 1985 e nas posteriores privatizações que se deram com mais ênfase na década de 1990 a situação propícia para o representação de seus interesses. Como vimos, a *democracia pactada* entra em colapso em 2005 e um novo *bloco no poder* forma-se. Os novos representantes políticos são oriundos dos movimentos populares e sindicais, que formam uma nova burguesia estatal. Segundo Laure (2012, p. 38. Tradução nossa)

O novo regime e as mudanças a nível das formas da superestrutura são funcionais a uma dinâmica de centralização do poder, a construção de uma transição de classe no governo e o manejo do Estado: de uma camada pequeno-burguesa defendendo os interesses burgueses a uma nova burguesia estatal.

Há mudança na composição do *bloco no poder* e na orientação econômica do governo Evo-Linera. Pode-se deduzir que a intervenção estatal torna-se mais forte do que em tempos de neoliberalismo. O *capitalismo andino-amazônico* não pode ser caracterizado como neoliberal. O modelo de desenvolvimento buscado pelo governo Evo pode ser classificado como desenvolvimentista e seu governo orienta-se para a construção clara de um capitalismo de Estado, com as mesmas características em sua maior parte, do Estado construído após 1952. Não há apontamento claro para o socialismo, já que a proposta deste capitalismo é o desenvolvimento do modo de produção capitalista por etapas, para se pensar daqui a um bom tempo<sup>10</sup>, a transição ao socialismo ou ao “socialismo comunitário”, como apregoa os teóricos *masistas*.

## Referências

AGUIAR, J.D.N. *O modelo econômico-produtivo boliviano: do “capitalismo andino” ao “socialismo comunitário”*. In: Observatório Político Sul-Americano. Instituto de Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2012

AILLÓN, Lorgio Orellana. *Hacia una caracterización del gobierno de Evo Morales*. OSAL, ano VI, Nº19. CLACSO: Buenos Aires, 2006

<sup>10</sup> A utopia socialista só poderia ser pensada daqui a 20, ou 30 anos, após o desenvolvimento do capitalismo andino-amazônico, segundo Linera.

\_\_\_\_\_. *Nacionalismo, populismo y régimen de acumulación en Bolivia*. CEDLA (Centro de Estudios para el Desarrollo Laboral y Agrario). La Paz, 2006.

ANDRADE, Everaldo de Oliveira. *A revolução boliviana*. São Paulo: Editora UNESP, 2007.

GIL, Aldo D. Bolívia: Duas revoluções nacionalistas? In: *Perspectivas: Revista de Ciências Sociais*. UNESP, 2012. Disponível em <<http://seer.fclar.unesp.br/perspectivas/issue/view/319>>

KLEIN, Naomi. *A doutrina do choque: a ascensão do capitalismo de desastre*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2007.

LAURE, Toño. *Balance y perspectivas del "Proceso de Cambio."*. In: *Ecología y Marxismo: Un debate contra el desarrollismo positivista*. La Paz: Ediciones Palabra Obrera, 2012.

LINERA, Álvaro García. *Geopolítica de la Amazonía: Poder hacendal-patrimonial y acumulación capitalista*. Vicepresidencia del Estado Plurinacional Presidencia de la Asamblea Legislativa Plurinacional. La Paz, 2012

\_\_\_\_\_. *Queremos un capitalismo con mayor presencia del Estado*. Entrevista concedida Pablo Stefanoni. Disponível em: <<http://www.rebellion.org/noticia.php?id=51113>> Acesso em 10/05/2013

\_\_\_\_\_. *El capitalismo andino-amazónico*. In: *Le Monde Diplomatique* (Edição Chilena), 2006. Disponível em <<http://www.lemondediplomatique.cl/El-capitalismo-andino-amazonico.html>>. Acesso em 03/05/2013

\_\_\_\_\_. *Bolivia*. In: *Latinoamericana: Enciclopédia Contemporânea da América Latina e do Caribe*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2006.

\_\_\_\_\_. *MAS (Movimento ao Socialismo)*. In: *Latinoamericana: Enciclopédia Contemporânea da América Latina e do Caribe*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2006

\_\_\_\_\_. *MIP (Movimento Indígena Pachakuti)*. In: *Latinoamericana: Enciclopédia Contemporânea da América Latina e do Caribe*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2006

MAYORGA, Fernando. *El proyecto político del MAS: ¿Hacia la construcción de un gobierno mayoritario?*. In: AIBAR, Julio; VÁZQUEZ, Daniel (orgs). *¿Autoritarismo o democracia? Hugo Chávez y Evo Morales*. Ciudad de México: FLACSO, 2009.

MENDIETA, Gustavo Pérez. *Bolivia: elecciones presidenciales y legislativas (1993-2009)*. Instituto de Iberoamérica, Universidade de Salamanca. Disponível em: <

[http://americo.usal.es/oir/opal/elecciones/Elecc\\_Bolivia\\_93-09\\_Perez.pdf](http://americo.usal.es/oir/opal/elecciones/Elecc_Bolivia_93-09_Perez.pdf)>. Acesso em 02/05/2013

POULANTZAS, Nicos. *Poder Político e Classes Sociais*. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

Santiesteban, Gustavo Soto. *Área indígena protegida na Bolívia é ameaçada por construções financiadas pelo BNDES*. Disponível em <<http://www.ibase.br/pt/2011/10/territorio-indigena-e-parque-nacional-isiboro-secure-o-final-da-ilusao-e-o-advento-do-novo/>>. Acesso em 02/05/2013

### **Documentos consultados**

*Decreto Supremo N° 29272, portador do Plano Nacional de Desenvolvimento.*

Disponível em <

<http://gacetaoficialdebolivia.gob.bo/normas/listadonor/11/uemcruksdh.html/page:250>>.

Acesso em 19/04/2013